

RAE

1ª REUNIÃO DA AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA 2018



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020

RAE



Pauta:

- 1 – Avaliação da Estratégia Nacional, período 2016-2017, conforme relatório encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça.
- 2 – Indicadores de Metas Nacionais, referentes ao ano de 2017.
- 3 – Iniciativas Estratégicas
- 4 – Logística Sustentável – Relatório 2017.

Avaliação da Estratégia Nacional, período 2016-2017

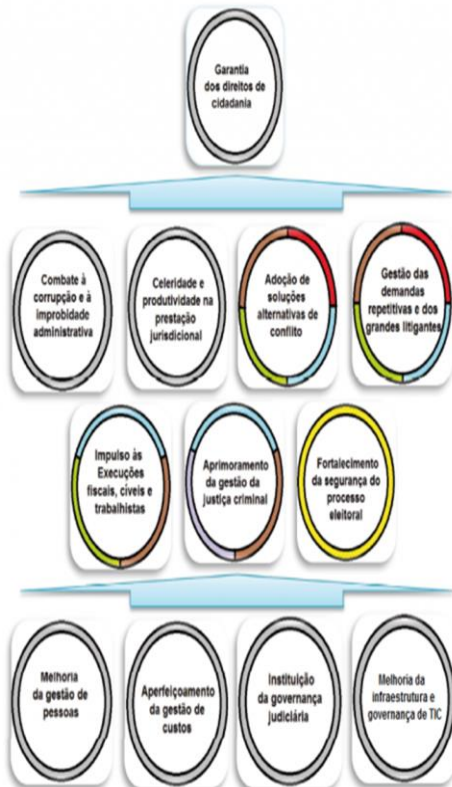
2015

Efetividade na Prestação Jurisdicional

2020

TENDÊNCIAS ATUAIS

- ✓ Incentivo às soluções alternativas de litígio
- ✓ Aumento da quantidade de julgados
- ✓ Julgamento de processos antigos
- ✓ Melhoria do sistema criminal
- ✓ Profissionalização da gestão
- ✓ Intensificação do uso de tecnologia da informação
- ✓ Probidade e combate à corrupção



CENÁRIO DESEJADO

- ✓ Justiça mais acessível
- ✓ Desjudicialização
- ✓ Descongestionamento do Poder Judiciário
- ✓ Probidade pública
- ✓ Justiça tempestiva
- ✓ Garantia da legitimidade do sistema eleitoral
- ✓ Maior racionalização do sistema judicial
- ✓ Melhoria do sistema de segurança pública
- ✓ Valorização profissional
- ✓ Melhoria da qualidade do gasto público
- ✓ Equalização das estruturas de 1º e 2º Grau de Jurisdição
- ✓ Disseminação da "Justiça Eletrônica"

TODOS OS SEGMENTOS

FEDERAL

TRABALHO

ELEITORAL

STJ

ESTADUAL

MILITAR

VISÃO - "Ser uma Instituição que promove a justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência"

MISSÃO - "Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à Justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito"

SOCIEDADE

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

PROCESSOS

Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

Elevar a produtividade do Poder Judiciário

Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso a justiça

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade

Implantar a Governança Judiciária

Combater a corrupção e a Improbidade

Implantar a Governança de TI

PESSOAS

Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA

Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Disponibilizar infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

Otimizar a aplicação dos recursos financeiros

Implantar gestão de custos

Incrementar os recursos do Poder Judiciário

1. Garantia dos Direitos de Cidadania

1. Implantação da Central de Depoimento Especial

Esta iniciativa estratégica é desenvolvida pela Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude e embora não conste formalmente do Planejamento Estratégico deste Tribunal, está perfeitamente adequada ao Macrodesafio proposto, pois se reveste de grande importância, vez que a escuta judicial especializada é executada visando reduzir os danos causados, bem como promover a proteção e assistências às vítimas e seus familiares.

Ano de 2016

Realização de 04 audiências.

Ano de 2017

Criação de uma sala especial equipada.

Realização de 21 audiências com uma média de atendimentos/depoimentos de 03 (três) crianças/adolescentes por audiência.



1. Garantia dos Direitos de Cidadania

2. **Projeto Meu Pai é Legal**

Esta iniciativa estratégica é desenvolvida pela Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude e embora não conste formalmente do Planejamento Estratégico deste Tribunal, está perfeitamente adequada ao Macrodesafio proposto. O projeto é de grande importância, vez que consagra o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Ano de 2016

Sem medição

Ano de 2017

517 solicitações de reconhecimento de paternidade, sendo deferidas 503 espontâneas e 14 mediante ações judiciais.



2. Combate a corrupção e à improbidade administrativa

1. Programa de diagnóstico e fiscalização dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública
2. Programa de divulgação do andamento dos processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública.

Sem resultados no período.

3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

1. Aprimorar a realização de mutirões

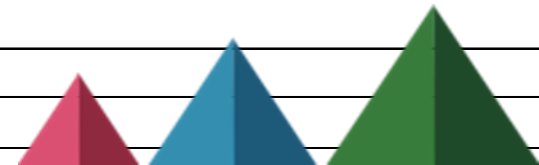
Realização de mutirões específicos, mediante demanda instalada pela Corregedoria Geral de Justiça com o propósito de acelerar a produção e produtividade de determinada Vara.

- Início

Agosto 2017

- Termina

Dezembro 2017



Resultados Obtidos	2016	2017
Mutirões realizados	0	01
Audiências de Conciliação realizadas pré-processuais	0	0
Audiências de Conciliação realizadas processuais	0	71
Número de acordos	0	7
Número de Pessoas atendidas	0	174
Participantes		
Magistrados	0	1
Conciliadores	0	2
Juizes aposentados	0	1

3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

2. Fortalecimento de parcerias externas

Disponibilização por parte do Executivo Estadual de um sistema de informações gerenciais e operacionais que é utilizado pelos Magistrados, objetivando subsidiar a tomada de decisões e em especial, nos casos de deferimento ou não de liminares na área da saúde

A iniciativa permite maior celeridade na tomada de decisão por parte do magistrado, além de maiores esclarecimentos acerca do pleito formulado pelo jurisdicionado, permitindo decisões mais justas e adequadas.



4. Adoção de soluções alternativas de conflito

1. Incentivar a gestão de audiências com pautas temáticas

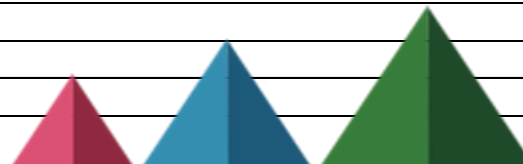
Prestação de serviços ao cidadão, judicial ou extrajudicial, por meio de orientações adequadas e incentivo a utilização dos meios alternativos de solução de conflitos.

- Início

Janeiro 2017

- Término

Dezembro 2017



Resultados Obtidos	2016	2017
Mutirões realizados	05	09
Audiências de Conciliação realizadas pré-processuais	0	477
Audiências de Conciliação realizadas processuais	302	1135
Número de acordos	0	1416
Número de Pessoas atendidas	340	2241
Participantes		
Magistrados	05	15
Conciliadores	05	98
Juizes aposentados	03	07

5. Gestão das Demandas Repetitivas e dos grandes litigantes

1. Incentivar a gestão de audiências com pautas temáticas

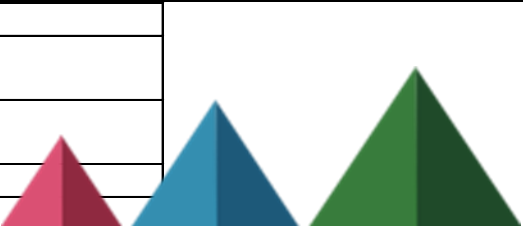
Realização de Mutirões com vistas à solução de conflitos em demandas repetitivas.

- Início

Fevereiro de 2016

- Terminou

- Resultados Obtidos

Mutirões realizados	03	
Audiências de Conciliação realizadas pré-processuais	09	
Audiências de Conciliação realizadas processuais	543	
Número de acordos	308	
Soma total dos Valores Homologados em reais	R\$ 1.964.237,23	
Número de Pessoas atendidas	586	
Participantes		
Magistrados	07	
Conciliadores	14	
Juizes aposentados	01	

7. Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal

1. Implantar Serviço de Citação, Notificação e Intimação de Réu Preso.

Desburocratização dos processos e humanização do tratamento aos presos, em especial aos provisórios e a necessidade de aproximação do Poder Judiciário do Sistema Carcerário Capixaba, com o intuito de tornar mais célere a tramitação das ações penais em andamento.

Esta iniciativa não consta formalmente do Planejamento Estratégico deste Tribunal, contudo está perfeitamente adequada ao Macrodesafio proposto, haja vista os resultados alcançados no que se refere especialmente à redução do tempo de duração do processo. No ano de 2016 foram 25.589 mandados cumpridos e 25.085 no ano de 2017, perfazendo uma média aproximada de 2000 mandados cumpridos mensalmente. Todas as Comarcas do Estado do Espírito Santo participam da iniciativa. **Após a instituição da iniciativa, o tempo para cumprimento e devolução do mandado foi reduzido em 94% (noventa e quatro por cento), vez que as cartas precatórias que demoravam até 04 (quatro) meses para serem cumpridas e devolvidas, de acordo com a práxis forense atual, não são mais necessárias e o prazo para cumprimento e devolução do mandado é de até 07 (sete) dias.**



7. Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal

2. Cidadania nos Presídios



3. Audiência de custódia

O Estado do Espírito Santo foi o segundo estado da Federação a implantar o Projeto Audiência de Custódia, cujas atividades foram iniciadas no dia 22/05/2015, através do Serviço de Plantão de Flagrantes, com competência exclusiva para a análise dos autos de prisão em flagrante gerados nas diversas Delegacias e Departamentos de Polícia Judiciária da Grande Vitória, em cumprimento ao disposto no art. 310 do Código de Processo Penal.

9. Melhoria da Gestão de Pessoas

1. Adequar a Força de Trabalho a um alto nível de produtividade
2. Adequar Quadro de Pessoal
3. Desenvolver Programa de capacitação e Formação de Magistrados e Servidores
4. Elaborar e implantar Programa de Gestão de Conflitos
5. Estruturar a Unidade Gestora de Pessoas
6. Implantar a Política de Priorização do 1º Grau
- 7. Implantar Programa de Desligamento Voluntário**
8. Implantar Sistema de Automatização de processos de administração e de gestão de pessoas
9. Priorizar a segurança e saúde ocupacional com foco na prevenção.
10. Promover ações voltadas para a qualidade de vida dos trabalhadores



10. Aperfeiçoamento da Gestão de Custos

1. Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar a sua utilização

Dentre os resultados previstos nesta iniciativa está a implantação da Central de Agendamento de Veículos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Com isso houve uma redução no contrato de locação de veículos (113 para 84 veículos) e no de gestão de mão de obra de motoristas (149 para 119 postos de trabalho) e, mesmo assim, ampliação da capacidade de atendimento.

2. Revisar e aperfeiçoar o controle orçamentário

3. Implantar um sistema informatizado de Gestão de Custos



12. Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC

- 1. Contratar o serviço de suporte técnico – service desk.**
2. Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJe.
3. Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar a sua utilização para uma melhor produtividade



ANÁLISE



1. A iniciativa estratégica continua correspondendo ao objetivo estratégico para o qual ela foi criada?
2. objetivos estratégicos



MACRODESAFIOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS EM CURSO OU A INICIAR

Necessidade de verificação em cada área de qual a capacidade de realização e, se for o caso apresentar proposta de alteração, mediante a avaliação de alguns parâmetros:

